

COLONIZAÇÃO E SISTEMA COLONIAL: DISCUSSÃO DE CONCEITOS E PERSPECTIVA HISTÓRICA (*).

FERNANDO A. NOVAIS

Instrutor da Cadeira de História da Civilização Moderna e Contemporânea da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (SP).

Embora seja um lugar comum afirmar-se que o Brasil é fruto da colonização européia, nem sempre se levam na devida conta todas as implicações envolvidas nessa assertiva. Nas histórias gerais de nosso país, há sempre uma parte referente ao Brasil-colônia, ao período chamado colonial, mas a preocupação de indagar o alcance e o significado do fenômeno colonização somente reponha, via de regra, naqueles passos que descrevem as tentativas autonomistas e no estudo prioritariamente da independência; ou quando muito — e é o caso, por exemplo, da *História Geral da Civilização Brasileira*, em curso de publicação (1) — considerações pertinentes aparecem em análises setoriais da vida econômica, sem por isso ascender a uma visão global e integrada do sistema colonizador que lastreia todos os elementos formadores do Brasil moderno. Há, por outro lado, um conjunto de trabalhos polêmicos que de fato abordam diretamente o tema, mas o fazem numa perspectiva invariavelmente carregada de valorações e não isenta de bizantinismos. A explicitação do sentido mais profundo da colonização européia na época mercantilista (2) e mais ainda a caracterização da mancha pela qual o Brasil se insere nesse complexo e as sucessivas posições que nele vai ocupando — constituem campo particularmente fecundo para a investigação e a reflexão do historiador, e tarefa ainda longe de ter sido esgotada. Sua importância, porém, dificilmente poderia ser exagerada, uma vez que o aprofundamento

(*) — Comunicação apresentada na 4ª sessão de estudos, no dia 5 de setembro de 1957 (*Notas de Redação*).

(1) — Cf. *História Geral da Civilização Brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque Holanda, São Paulo, 1960 seps., já cinco volumes publicados, os dois primeiros relativos à época colonial.

(2) — Adiantemos, desde logo, que Caio Prado Jr. (cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 1a. ed., 1942) constitui significativa exceção no quadro que descrevemos. As suas reflexões teremos naturalmente de nos reportar ao longo deste trabalho.

mento dessa análise irá necessariamente iluminar e reequilibrar todo o período formativo de nossa história.

Não pretendemos, à evidência, nos limites desta comunicação, acometer tal empresa, que reservamos para tentar em futuros trabalhos em elaboração. Intentaremos, apenas, uma análise crítica dos conceitos de "colonização" e "sistema colonial", a partir da perspectiva do estudo de história em que nos colocamos: isto é, procuraremos indicar em que linha a utilização dessas categorias se torna fértil para a compreensão do nosso passado colonial. Notemos, outrossim, que, até certo ponto, essa discussão conceitual é uma exigência preliminar à consecução da tarefa mais ampla a que acima nos referimos. Quando menos, servirá como esforço de esclarecer os vários sentidos de termos correntes na historiografia nacional e mesmo nas variadas interpretações da realidade brasileira que se têm multiplicado nos últimos anos.

De fato, encarada em bloco, toda a história do Brasil pode ree-ri-se a um imenso processo ainda não encerrado de absorção de correntes migratórias e consequente ocupação e povoamento de uma vasta área geográfica de dimensões continentais; o Brasil apresenta-se, assim, como o país por excelência da imigração e da "colonização", ainda em curso. Circunscrivendo-se a áreas mais restritas dentro do conjunto, identificam-se aquelas regiões onde o povoamento se processa mais recentemente, configurando as frentes pioneiras ou de "colonização". "Economia colonial", sua superação, sua persistência são temas correntes nas discussões contemporâneas sobre o problema do desenvolvimento econômico. Reportam-se os autores constantemente à "nossa formação colonial", descreve-se a "situação colonial" — já Vilhena, na sua preciosa *Recuperação* (1802), referia-se ao "viver em colônias" (3). Indaguemos, portanto, os vários sentidos dessas expressões, para aquilarmos o maior ou menor alcance analítico da sua utilização, o valor do seu emprego para a compreensão da realidade histórica.

Na perspectiva mais geral, — a das relações entre os homens e a paisagem, que é o ângulo de observação dos geógrafos — a colonização se apresenta como uma modalidade das migrações humanas.

(3). — Luis dos Santos Vilhena, *Recuperação de Notícias Soteropolitanas e Brasilienses* (1802), ed. Braz de Amaral, Salvador, 1971, p. 759, Carlos Galvão de Almeida, em estudo que prepara, capitem sob este ângulo ainda não examinado a personalidade e a obra de Vilhena.

como uma forma evoluída de elaboração do ecúmeno (4). Neste plano, os deslocamentos populacionais se inscrevem no processo de humanização da paisagem terrestre, na ampliação da área de expansão da espécie humana; este crescente alargamento do espaço da habitação do homem no globo envolve sempre povoamento e valorização de novas regiões. Maximilien Sorre, que estamos seguindo neste passo, indica que o complexo geográfico que assim se forma, a paisagem humanizada que se cristaliza no *habitat*, comporta sempre um maior ou menor grau de mobilidade, levando continuamente a tensões às fronteiras do ecúmeno, e alterando assim a sua estrutura interna (5). A imobilidade perfeita é apenas um recurso teórico de análise, e representaria adequação ótima do grupo ao meio ambiente, o equilíbrio absoluto entre recursos, técnicas e crescimento demográfico: no pólo oposto, a mobilidade total se exprime na situação em que o próprio *habitat* é móvel, como entre os pastores nômades. Se postularmos constante a massa do grupo humano e o aparato tecnológico, a utilização dos recursos ambientais tenderá a assumir caráter cíclico, ampliando-se a área de exploração, como na agricultura itinerante. Pressupondo-se, porém, crescimento demográfico, e constante e pois limitado o espaço disponível, ou se engendram técnicas progressivas de aproveitamento de recursos, ou se dá o fenômeno da migração. Neste contexto, é possível visualizar o movimento geral de valorização econômica do espaço terrestre; processo que, a partir dos Tempos Modernos, assume a feição de europeização do Mundo.

Examinemos, agora, em que medida esta sistemática conceitual se pode tornar fecunda para a compreensão de processos históricos concretos, e em particular, da história colonial do Brasil. Encarados deste ângulo, os conceitos acima referidos revelam-se excessivamente generalizadores. De fato, procurando apreender em bloco os mecanismos de formação da paisagem atual, que é o seu campo específico de análise, o ponto de vista da geografia insiste naturalmente em destacar o seu substrato comum, as identidades que se encontram nas várias manifestações do fenômeno. Assim, "colonização" significa uma forma de ocupação e valorização (*nive en valeur*) de novas áreas, forma superior por ser orientada pelo Estado Moderno. Se encararmos, por exemplo, a colonização portuguesa no Brasil, não resta dúvida que ela configura ocupação, povoamento e valorização do espaço americano; entretanto, envolve este processo histórico outros componentes — aquêles precisamente que lhe advém da peculiar-

(4). — Cf. Maximilien Sorre, *Les Migrations des peuples*, Paris, 1955, passim, especialmente pp. 125 segs. Vide também a tipologia das migrações, nos *Fondements de la Géographie Humaine* do mesmo autor, t. II, vol. I, p. 559 (Paris, 1948).

(5). — Cf. *Les Migrations des peuples*, pp. 11 segs.

ridade do "momento" em que ocorre — que eventualmente podem ser mais relevantes como categorias explicativas, e no caso são, como procurei indicar mais adiante. Não quer isto dizer, convém para logo deixar claro, que imaginemos errados aqueles conceitos; eles se prestam admiravelmente aos fins a que se propõem, isto é, às análises geográficas, e os trabalhos dos geógrafos aí estão para demonstrá-lo. Mais ainda, e já agora tendo em conta a tendência ao entortamento que cada vez mais se acentua nos domínios das ciências humanas (6), diremos que há determinadas situações históricas em que, no fenómeno de colonização, são esses elementos mais gerais, os denominadores comuns, que assumem importância maior em face de outros componentes, passando a defini-los e a não se definir por eles; nestes casos, é a perspectiva acima descrita que poderá conduzir a compreensão mais exata da realidade. Assim, para exemplificarmos dentro de nossa história, a colonização alemã ou italiana no Brasil meridional, ou a marcha da frente pioneira paulista modeladamente estudada por Pierre Monbeig (7).

Mas se, para a abordagem do Brasil-colônia, esta linha de explicação deixaria de lado os segmentos mais significativos da realidade, conduzindo portanto a uma visão inexata do fenómeno, isto não significa que seja inútil tê-la presente no esforço de reconstrução daquele passado. Como já dissemos, esta perspectiva ilumina uma face da realidade — colonização portuguesa no Brasil, na época mercantilista —, a qual face, entretanto, tem de ser combinada com outros elementos do conjunto que, no contexto da época, assumem a posição de componentes essenciais que definem os demais e estruturam o todo, dando sentido à realidade. Assim, na colonização da época mercantilista, a ocupação e valorização das novas áreas — a euroização do Novo Mundo — se processa dentro dos quadros do "sistema colonial" que informa todo o movimento. E é em função da fase e das características da vida económica da Europa nessa época, isto é, em função da estrutura e do funcionamento do "capitalis-

(6). — Cabeia lembrar aqui a recente reedição (1966) do clássico *La Méditerranée et le Monde Méditerranéen à l'époque de Philippe II*, de Fernand Braudel (1a. ed. 1949), onde o entrelaçamento de geografia e história se realiza de forma admirável. O geógrafo Roger Dion, por seu turno, navega nas mesmas águas ao esboçar os lineamentos de uma "geografia humana retrospectiva" (*Cahiers internationaux de Sociologie*, vol. VI, 1949). Max. Sorre escreveu sobre as relações entre geografia e

sociologia (cf. *Reconnaitre de la Géographie et de la Sociologie*, Paris, 1957). História e Sociologia, História e Economia são objeto das indicações de F. Braudel no capítulo que escreveu no *Traité de Sociologie*, dirigido por Georges Gurwitsch (Paris, 1958, vol. I) e no artigo de última data (outubro-dezembro de 1958) sobre a "longa duração". Sintetizam-se ultimamente os conceitos interdisciplinares:

(7). — Cf. Pierre Monbeig, *Pionniers et Plantiers de São Paulo*, Paris, 1952.

mo comercial" (8), em que as economias periféricas passam a ter papel essencial na dinâmica do desenvolvimento económico, que a expansão da colonização passa a desenvolver-se balizada pelo arcabouço do sistema colonial do mercantilismo, dando assim lugar a formações das estruturas económicas típicas das áreas dependentes, as economias coloniais. Há, portanto, uma forma específica de ocupação e valorização de novas áreas dentro do capitalismo comercial e da política mercantilista; ou noutros termos, a "colonização" assume a forma predominantemente mercantilista na época que medeia entre os Grandes Descobrimentos e a Revolução Industrial. E, pois, a partir das coordenadas da estrutura sócio-económica da época, a partir das relações dos homens entre si e não dos homens com a natureza, que se poderá apreender o sentido da colonização do Brasil. Sintetizá-lo, para retornarmos mais adiante, o Brasil nessa perspectiva apresenta-se como produto da colonização europeia e parte integrante do antigo sistema colonial.

Com o que fica dito, poderia talvez parecer que, de nosso ponto de vista, para a análise da colonização que se desenrola nos quadros do antigo sistema colonial do capitalismo mercantil, a perspectiva propriamente geográfica antes esboçada seria de utilidade nula. Mas, não; convém ainda insistir que se a realidade (colonização) torna-se naquele contexto mais complexa, isto é, povoamento e valorização das novas regiões inserem-se na estrutura do sistema colonial que passa a modelar a sua forma sem com isso anular essa camada do real — segue-se que, ao nível da consciência, isto é, na construção dos conceitos capazes de expressar toda a complexidade do fenómeno na sua manifestação histórica concreta, temos de formular uma categoria que inclua e situe a concepção primitiva. Retenhamos, portanto, nesta tentativa de elaborar o esquema conceitual e explicativo eficaz para compreensão do Brasil-colônia, esta primeira visão do processo colonizador como expansão do espaço terrestre da habitação humana (fenómeno), como ocupação, povoamento e valorização de novas áreas geográficas.

Desloquemos, agora, o foco de nosso interesse para outra ordem de estudos que dizem respeito à colonização: referimo-nos à classi-

(8). — Na historiografia económica contemporânea acentuam-se cada vez mais os esforços no sentido de definir-se o capitalismo comercial como estrutura particular da vida económica da época moderna, com seus mecanismos próprios. Cf. Frédéric Mauro, "Towards an 'Intercontinental Model'. European Overseas Expansion between 1500 and 1800", *Economic History Review*, vol. XIV, n. 1, 1961, pp. 1-17.

cação dos diversos tipos de colônias. Tais classificações aparecem via de regra em obras dos teóricos da colonização que também o são, às vezes, do colonialismo.

Nesta linha, a obra clássica é sem dúvida o famoso e irrecusavelmente brilhante *De la colonisation chez les peuples modernes* (1874), de Paul Leroy-Beaulieu. Sua publicação se dá no início da segunda fase do expansionismo colonialista europeu, que *grasso-modo* se pode localizar entre 1869 (abertura do canal de Suez) e a eclosão da primeira Grande Guerra, tendo seu ponto culminante na conferência de Berlim (1884-1885) que fixou as regras da partilha da África pelas grandes potências (9). De aí considerar a colonização o apuramento dos "povos civilizados", das "sociedades mais adiantadas", enfim "uma arte que se forma na escola da experiência", cujos princípios o livro destina-se a explicitar. E' neste espírito que investiga o passado, e não obstante esse enveciamento do enfoque, a lucidez do autor permite-lhe traçar um quadro altamente sugestivo do movimento colonizador europeu desde o início dos tempos modernos; o exatidão da história da colonização visa pois possibilitar a elaboração de uma tipologia das colônias, o que por sua vez abre caminho à fixação dos princípios que devem orientar o regime a ser aplicado nos estabelecimentos coloniais.

A classificação das colônias que correu mundo e ganhou fama na pena de Leroy-Beaulieu se funda contudo diretamente na tipologia elaborada já desde 1848 pelo alemão Wilhelm Roscher (10). Neste quadro, são quatro as grandes categorias em que se classificam as colônias. Sintetizemos rapidamente esses conceitos. Em primeiro lugar, as "colônias de conquistas" (*Eroberungskolonien*), aquelas em que os colonizadores visam vantagens não da produção mas da exploração política e militar dos indígenas; tais as dominações de Alexander Magno no Oriente, ou dos normandos no sul da Itália, França, Inglaterra. Vêm a seguir as "colônias comerciais" (*Handelskolonien*), ou sejam entrepostos (*Zwischenstation*) onde há muita para comprar e vender, mas não condições para o comércio livre, por exemplo a Singapura ou as possessões estabelecidas desde o século XV pelos portugueses no Oriente. As "colônias agrícolas" (*Ackerbaukolonien*) formam o terceiro grupo: para estas, que se localizam naturalmente em áreas pouco habitadas, apas à cultura e de clima semelhante ao da metrópole, dirigem-se povoadores (*Ansiedler*) com seus bens e

(9). — Cf. Maurice Baumont, *L'Essor industriel et l'impérialisme colonial*, 2a. ed., Paris, 1949, especialmente pp. 58-116. (vol. XVIII da Col.

"Peuples et Civilisations").

(10). — Cf. Wilhelm Roscher e Robert Jannasch, *Kolonien, Kolonialpolitik und Auswanderung*, 3a. ed., Leipzig, 1885, pp. 2-32. A primeira edição é de 1848.

suas famílias, instalam-se autônomoamente, e pouco a pouco prosperam; são, assim, necessariamente frouxos os laços com a mãe-pátria, tendem estas colônias a se tornarem nações independentes. As colônias da Nova Inglaterra, exemplificam esta categoria. Finalmente, as "colônias de plantação" (*Pflanzungskolonien*) completam o quadro. Servem, diz Roscher, para o aprovisionamento dos produtos coloniais (*Kolonialwaren*): açúcar, café, indigo, coconilha, etc., — importantes mercadorias que se não podem produzir no clima metropolitano. Em suma, as estufas da Europa... (11). Os empresários coloniais, nessas paragens tropicais onde se estabeleceram as plantações, utilizam trabalho escravo e, tão logo enriquecem, procuram retornar à mãe-pátria. As grandes lavouras antilhanas de holandeses, franceses e ingleses tipificam esta classe. Tal, em linhas muito gerais, a classificação do teórico germânico.

Reexaminando o assunto, Paul Leroy-Beaulieu começa por excluir a primeira categoria (as colônias de conquista) (12). Efectivamente, sendo a sua preocupação básica distinguir os tipos de colônias para indicar os regimes mais aplicáveis a cada um, em função dos "recursos, dos costumes e do génio" da nação que quer colonizar, e não propriamente conquistar, a primeira categoria fica fora de suas cogitações. Todas as colônias se reportam, pois, a "três tipos irredutíveis, entre os quais nenhuma confusão é possível". São basicamente as três categorias já estabelecidas por Roscher. Na apresentação do economista francês, as colônias de comércio são propriamente "entrepostos" (*comptoirs*) e visam uma mercância excepcionalmente rentável à metrópole; fixam-se em países ricos e populosos, mas "primários" sob certos aspectos e onde o comércio não atingiu a liberdade de movimentos que é característico das nações civilizadas. A metrópole, por sua vez, não necessita, para estabelecer e manter tais colônias, ser muito populosa, mas é indispensável ter uma potente marinha; a actividade colonial vai exigir grandes inversões, mas pouca gente. Essencial para o êxito da empresa é a posição da colônia na rede das grandes rotas. Assim uma ilha como São Tomás ou uma ponta de rochedo, como Singapura. Uma vez estabelecidas, essas colônias-entrepostos podem se encaminhar para três destinações: ou o povo, no qual elas se encravaram, entra em decadência em termos de unidade e força, e então elas se tornam cabeças de ponte para uma conquista continental (é o caso da Índia); ou povo visado por gride, entrando em relação mercantil com todas as nações, e então o entreposto perde razão de ser e desaparece; ou enfim o equilíbrio

(11). — "Die Triebhäuser von Europa...", *Op. cit.*, p. 23.

(12). — Cf. P. Leroy-Beaulieu, *De la Colonisation chez des Peuples Modernes*, Paris, 1874, pp. 533 segs.

mantêm-se. Estabelecimentos desta ordem são os dos portugueses na África e na Ásia, dos holandeses e ingleses no Oriente, etc.

Os outros dois tipos são, diz Leroy-Beaulieu, mais complexos. As "colônias" agrícolas ou "de povoamento" (*peuplement*) instalam-se em regiões pouco habitadas e de ambiente geográfico semelhante ao da metrópole; esta deve ser grande e populosa para poder promover uma intensa emigração para o ultramar — do contrário perdem-na, como ocorreu com os estabelecimentos da Holanda e Suécia na América do Norte. Não se exigem grandes investimentos, mas sim volumosa migração, pois trata-se de povoamento. O progresso é lento, a ambiência democrática, a autonomia inevitável. Em suma, a Nova Inglaterra. A terceira categoria — "colônias" de plantação ou "de exploração" (*exploitation*) — envolve aquelas capazes de produzir mercadorias de exportação, produtos destinados ao mercado exterior. O meio geográfico deve necessariamente ser diverso do metropolitano (para que a colônia possa produzir os produtos de que carece a metrópole); o inter-tropical é a zona de eleição para este gênero de empreendimento. Reclamam grandes investições de capital e organização "artificial" (*sic!*) do trabalho, tais a escravidão ou a migração enganada (*indented*) ou a colonização "sistematizada" recomendada por Wakefield para garantir mão-de-obra aos empresários coloniais. A riqueza dessas colônias multiplica-se rapidamente, o crescimento demográfico é lento, a prosperidade é mais vulnerável às crises. O estado da sociedade "deixa sempre muito a desejar". O espírito democrático é débil, e não amadurecem tão cedo para a independência (13).

Mais recentemente, George Hardy (14), retomando as preocupações classificatórias referentes à expansão colonizadora europeia, começa por circunscrever o "fato colonial". Não se confunde êle com a invasão, migração, conquista; pressupõe o estado colonizador, e dá lugar a um organismo distinto, sorte de novo estado: colônia supõe Metrópole, isto é, manutenção e reconhecimento de laços com o meio de origem. Chamar, por isso, "colonização" ao movimento de ocupa-

(13) — Na primeira edição de sua obra (1874), Leroy-Beaulieu não usa as expressões "povoamento" e "exploração", na realidade modulares para caracterizar duas estruturas fundamentalmente distintas como já aconteceu incipientemente Cabo Prado Jr. (cf. *Formação do Brasil Contemporâneo*, 4a. ed., São Paulo, 1953, pp. 13-26). Tal nomenclatura, contudo, ocorre nas numerosas reedições de *De la colonisation chez les Peuples Modernes*; assim, veja-se a 5a. edição, Paris, 1902, t. II, pp. 563 seqs. De Georges Hardy, *Historiador, geógrafo e político em assuntos coloniais*, *Revue de Géographie Coloniale et de l'Empire de la Terre et de l'Homme*, t. II, 1924, pp. 157-161. *Portugal e o Brasil*, *Revista de Geografia*, t. III, 1925, pp. 1-10. *Portugal e o Brasil*, *Revista de Geografia*, t. III, 1925, pp. 1-10.

ção e valorização (*defrichement*) da Europa, ou deformar "colônias" os agrupamentos de italianos no Brasil ou de russos em Paris — constitui abuso dos conceitos, linguagem só aceitável como metáfora (15). Crítica, a seguir, o critério consagrado pelo seu autor: "povoamento" cobre realidades distintas, nem há "exploração" sem povoamento; são tôdas áreas de povoamento europeu (16). Há que distinguir a forma do povoamento. De aí, "colônias de enraizamento" (*enracinement*), onde os europeus se fixam seja por "subsociação" (Américas espanhola e portuguesa) ou "repovoamento" que comporta importação de mão-de-obra (Antilhas); "colônias de enquadramento" (*encadrement*), onde o elemento indígena continua sempre constituindo a massa da população, porém dirigida, orientada, "enquadrada" pelos europeus (refere-se, suponho, às colônias mais recentes resultantes da partilha da África); enfim, estabelecimento que não visam exploração nem envolvem povoamento, simples colônias de "posição ou ligação", presas antes a interesses políticos (17).

Crítiquemos, agora, estas classificações, procurando isolar os elementos sugestivos, os conceitos fecundos que porventura possam conter para os objetivos que temos em vista. Teorizações feitas com fins práticos (colonialismo), as classificações em si mesmas não podem evidentemente apreender a peculiaridade dos momentos históricos em que se processa a colonização nas suas várias modalidades, como predomina tal tipo em determinada época, o que é mais significativo numa ou noutra fase — e tôdas essas questões são essenciais quando se vai analisar a história concreta da colonização portuguesa no Brasil, do XVI ao XVIII séculos. Nada obstante, ao ordenar os componentes da realidade histórica da colonização em geral, e desta forma acabam por nos abrir caminho na tarefa de identificar os componentes essenciais da colonização mercantilista.

Preliminarmente, convém retomar a noção primeira que já fixamos: colonização significa sempre ocupação, povoamento e valorização de novas áreas; ora, estabelecida esta premissa, excluam-se naturalmente do campo de análise as "colônias de conquista" da

(15) — Cf. *La politique coloniale et le partage de la Terre*, pp. 9 seqs.
(16) — *Op. cit.*, pp. 15 seqs.
(17) — A classificação de Georges Hardy encontra-se em *La Politique Coloniale et le Partage de la Terre*, pp. 15 seqs.

classificação de Roscher, já abandonadas, aliás acertadamente quanto a nós, por Leroy-Beaulieu; mas abandonamos também, necessariamente, as "colônias comerciais" (Roscher), os "entrepôts" (Leroy-Beaulieu) e as "colônias de posição" de Hardy. São fenômenos de outra ordem, que não envolvem propriamente povoamento e valorização de novas regiões e pois não entram no quadro histórico da colonização: O que não quer dizer que não se possam ligar, estar até na raiz do processo colonizador, como ainda veremos; porém, em si mesmos, ficam fora da colonização com tal.

Isto pôsto, importa para logo acrescentar que permanecem de um lado as categorias no fundo idênticas de Roscher e Leroy-Beaulieu, melhor formuladas por este último, e de outro os tipos de colônias discriminadas por Hardy. Ora, a classificação mais recente parece-nos francamente inferior às categorias clássicas. De fato, enquanto Roscher e Leroy-Beaulieu fundam sua tipologia (agrícolas de povoamento, plantação de exploração) num critério basicamente socio-econômico, e em função das relações com as metrópoles, Hardy encaminha-se para um critério em última instância étnico, tomando como base a composição populacional resultante da emigração da colônizadora nas várias regiões em que incide a sua ação. Acontece a que não é apenas a diversidade de critérios, socio-econômico de uma parte e étnico, que está fundamentando o nosso juízo; isto de si seria suficiente, pois a colonização da época mercantilista, dentro da qual se desenvolveu o devassamento e povoamento do Brasil, é essencialmente empresarial e capitalista, como ainda esperamos deixar claro. É que Leroy-Beaulieu (aqui mais explicito do que Roscher) incide decisivamente nas *relações metrópole-colônia*, centro dinâmico-periferia complementar, e suas categorias resultam por isso mais flexíveis e pois mais aptas à análise de processos históricos, enquanto Hardy desloca o eixo da caracterização para o resultado do processo na área colonizada. Ora, empresarial e capitalista, a colonização provocada pelo capitalismo comercial da época moderna se realiza em função das tensões sócio-econômicas, das vicissitudes e das exigências das economias metropolitanas, das vicissitudes e das exigências que se deve buscar a linha diretiva da análise, são elas que, nos seus princípios informadores e nas suas práticas efetivas levam à configuração do "sistema colonial" que permeia toda a história da colonização mercantilista. Não é certamente inútil a caracterização de Hardy, mas não é essencial; poderá servir para fins outros que não a compreensão global da colonização do Brasil.

O que, a nosso ver, é de preservar-se dessas páginas de Hardy são as suas pertinentes considerações sobre a especificidade do "fator colonial" e sobretudo a necessidade da relação bilateral metrópole-

colônia (18). Com efeito, nem toda migração há que envolver necessariamente ação colonizadora, embora seja evidente a impossibilidade de haver colônia sem deslocamento populacional. Assim, por exemplo, Joel Serrão, analisando o fenômeno "emigração", constata, a partir do século XV, na história de Portugal, faz notar que não coincide sempre necessariamente com a expansão colonial portuguesa, e fixa, com nitidez, os conceitos de "emigrante" e "colono" (19). Entre nós, na segunda metade do século passado, em face da supressão do tráfico negro disputava-se sobre as vantagens da "emigração" (vinda de estrangeiros para os trabalhos da grande lavoura exportadora) ou "colonização" (fundação de núcleos "coloniais" de pequenos proprietários) (20) mas já vimos, com Hardy, que é pelo menos impreciso usar os termos "colônia", "colonização" neste sentido.

Conserve-mos, portanto, neste passo, as categorias fundamentais de "povoamento" e "exploração", como modalidades básicas da colonização da época do Antigo Regime. Nova Inglaterra e Brasil tipificam as duas estruturas, mas convém para logo dizer que em termos de predominância de caracteres e não de sua exclusividade, em que Georges Hardy verdadeiramente não compreendeu, quanto a nós, na sua crítica desse critério de diferenciação, é que, posto que obviamente não possa haver exploração sem povoamento nem este sem aquela, numa estrutura o essencial é a exploração, noutra o povoamento; as colônias de exploração povoam-se para explorar (isto é, produzir para o mercado metropolitano) as de povoamento exploram os recursos do ambiente no fundamental para prover o seu próprio mercado (isto é, exploração para o povoamento); numa situação, povoamento explica a exploração, noutra é a partir da exploração que se pode entender o próprio povoamento. Caio Prado Júnior, que perfeitamente identificou a fecundidade destas duas configurações e lhes marcou nitidamente os contornos na introdução de sua extraordinária obra já citada, parte daí para a análise da estrutura econômica da colônia em dois setores básicos: um, essencial e imediatamente voltado para o centro dinâmico metropolitano (economia de exportação), outro dependente e que se explica a partir do primeiro (economia de subsistência), accentuando que naturalmente os produtos de exportação podem ser, e o são, também-consumidos na colônia, e os de subsistência eventualmente exportados (ou passar de

(18) — Cf. *La Politique coloniale et le Partagé de la Terre*, pp. 9 segs.

(19) — Cf. Joel Serrão, verbete "emigração" in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, vol. II, pp. 19-29 (Lisboa, 1965).

(20) — Cf. J. Romando Carneiro, *Emigração e colonização no Brasil*, Rio de Janeiro, 1960.

subsistência para exportação) sem que isto em nada retire a validade explicativa das duas características (21). Também a Celso Furtado, que sob outros aspectos se afasta das análises de Caro Prado Junior, são as duas categorias fundamentais de colônias de exportação ou exploração e colônias de povoamento que interessam, para situar a formação econômica brasileira no quadro da expansão colonial euro-páia (22). Já o velho Roscher parece que percebia bem o alcance da distinção; no curso de sua classificação, tendo fixado o tipo de "colônias agrícolas" (que como vimos já esboça o sentido de colônias de povoamento), ao passar a tratar das "colônias de plantação" (exploração) como categoria distinta, pergunta-se se não seria o caso de considerá-las um subtipo das colônias agrícolas, pois que de agricultura se trata; mas, insiste com acuidade, a diferença é tão essencial que se tornou o fundamento da tenchrosa guerra de secessão nos Estados Unidos da América (23). E o não menos agudo Leroy-Beaulieu, por sua vez, já prevenia que as diferentes categorias coloniais não se apresentavam "em estado puro" (24).

Fechemos esta parte, inventariando os resultados obtidos na discussão conceitual. Colonização significa, no plano mais genérico, alargamento do espaço humanizado, envolvendo ocupação, povoamento e organização de novas áreas (Sorre); mais estritamente, como processo criador de colônias, essas novas regiões configuram entidades políticas específicas (colônias), que se definem na relação bilateral metrópole-colônia (Hardy); historicamente, na Época Moderna, entre a expansão ultramarina européia e a revolução industrial, exploração e povoamento (Leroy-Beaulieu) constituem-se nos dois sentidos básicos em que se processa o movimento de europeização no mundo, delimitando as duas categorias fundamentais de colônias geradas nesse período. Assim, e pouco e pouco, através da crítica dos conceitos, vamos nos aproximando da perspectiva histórica, pois somente ela permite enlaçar todos esses elementos revelando-lhes o sentido como partes de uma totalidade concreta e dinâmica, que procuramos agora explicitar.